

Uma Entrevista com António Hespanha

1. Como tem visto ser retratado o tema dos mares na cultura Portuguesa? Qual o seu valor e importância?

O tema tem sido um clássico na cultura erudita portuguesa. Tanto mais que “mar” parece rimar bem como outros temas canónicos – “viagem”, “aventura”, “saúde”. Não tenho a certeza de que tenha a mesma centralidade no conjunto da cultura popular, pois, para muitas culturas do interior, o mar é uma referência longínqua. Seja como for, o tópico de que Portugal está plantado à beira-mar fez com que o mar apareça frequentemente como marcando a identidade portuguesa, seja isso o que for. É um mito, produto de reconstruções fantásticas da história, de leituras arbitrárias da nosso espaço geográfico, de efabulações sobre a geometria da nossa alma. Mas a verdade é que carecemos tanto de levantamentos exaustivos das relações dos portugueses com o mar, como abundamos de arroubos poéticos sobre o tema. Transportadas as coisas para as propostas políticas, verifica-se um paradoxo semelhante – a retórica do destino marítimo e atlântico não tem grande tradução em políticas públicas ou privadas correspondentes.

2. E na historiografia? Como tem a historiografia Portuguesa lidado e utilizado o tema dos mares? Os mares aparecerem sempre como um traço umbilical da identidade Portuguesa?

Todos sabemos como a historiografia portuguesa tem sido atraída pela “gesta marítima”. A série de crónicas sobre os feitos no mar é mais vasta do que as que contam a história dos portugueses com os pés na terra. Porém, é uma história muto seletiva. Todavia, o papel do mar nas configurações sociais, culturais e económicas do mar na idade média, não tem sido objeto de estudos exaustivos, a despeito de notáveis inícios (por exemplo na obra de Alberto Sampaio, *As Póvoas Marítimas do Norte de Portugal*, 1905). Sabe-se pouco sobre atividades importantes, embora protagonizada por “gente humilde” – a pesca, o comércio de cabotagem, a complementaridade entre agricultura e atividade marítima... Mesmo depois disso, quando se começa a ver os portugueses como “heróis do mar”, a historiografia não se tem importado muito com os que não foram “heróis”. O quotidiano da marinharia, os processos de recrutamento das armadas, o povoamento

das “conquistas” e “feitorias”, as relações dos colonos pobres e remediados com as populações locais, tudo isso tem sido proporcionalmente pouco estudado. Na história contemporânea, a história dos portugueses emigrados no ultramar – em África, no Brasil, na Califórnia, na Venezuela, no Havai – não mereceu ainda um tratamento conjunto. Por isso, Malyn Newitt pode chamar a esta história uma “história alternativa” (*Emigration and the Sea: An Alternative History of Portugal and the Portuguese*, 2015).

3. Considera que Portugal continua a glorificar os mares como uma espécie de avatar de Portugalidade, uma metonímia de coragem e bravura?

Isso tem dado o tom à nossa cultura erudita. Já em 1925, António Sardinha construía uma genealogia fantástica dos portugueses que radicava nos Atlantes. E assentava sobre isso a identificação dos seus traços mais autênticos e permanentes. Talvez sem este desvario genealógico, muito desta ideia continua incrustada no nosso imaginário. Quanto às virtudes atávicas e a sua relação com o mar. Realmente pode haver muita bravura e tenacidade nas fainas do mar. Quem, como eu, ainda viu, na costa de Aveiro, os grandes barcos da xávega a empinar-se nas ondas ou quem conheceu gente de Ílhavo e das Gafanhas que passava metade das suas vidas nas lonjuras geladas da Gronelândia, pode ter uma ideia de como o mar pode ser um lugar de sofrimento, de coragem e de estoicismo. Mas, normalmente, não é disso que se fala. Os temas com os quais se construíram esses mitos foram os ligados às viagens transcontinentais, cujo quotidiano pouco se estuda e cujos relatos têm de tudo. Têm braveza, persistência, aventura, saber, mas também desleixo, falta de organização, mesquinhez, ganância, crueldade. Já se nota que não gosto muito de mitos épicos e simplificadores...

4. Recentemente, deu-se um grande debate público sobre um presumível Museu dos Descobrimentos (ou das Descobertas). Muitos afirmam que tal contribui para uma glorificação arcaica da história de Portugal, uma que nega os impactos da escravatura e colonialismo. Outros consideram que o museu é perfeitamente razoável e “natural”. Onde se posiciona?

Já expliquei longamente a minha posição numa entrevista ao Jornal de Letras e em outros lados. Mas volto às suas linhas principais. Conhecer o nosso passado (como conhecer, em geral) é sempre positivo. E, nesse sentido, tudo quanto seja criar oportunidades para informar as pessoas da história de Portugal é bom. Lisboa – mas também, o Porto, Vila do Conde, Aveiro, o Algarve – estão muito

ligadas a esta história das viagens dos portugueses. E, a meu ver, faz sentido que haja “centros interpretativos” sobre isso nessas terras para responder à curiosidade natural de visitantes ou indígenas. Com uma condição: que deem uma visão completa, complexa, multifacetada, do que aconteceu. Digo mesmo mais. Dado o enviesamento “heroico” e “autogratificante” da nossa “cultura pública”, estes dispositivos culturais devem privilegiar uma visão crítica do senso comum e da história rósea e amável que habitualmente se conta. E isto não por uma qualquer ânsia de “correção política” ou por um doentio espírito de autoflagelação. Mas justamente para problematizar a *correção política estabelecida* e por fim aos contínuos afagos de *ego* coletivo.

5. Considera que Portugal ainda não chegou a termos com o seu passado colonial, com o seu passado escravagista, que muito deve a tal glorificação dos mares (enquanto metonímia de uma nação valente e de exploração)?

Confesso que durante algum tempo não me dei bem conta de como o tema da escravatura tem estado ausente da nossa historiografia. Não ignoro que, na sociedade metropolitana o impacto dos escravos não tinha a dimensão que teve no espaço colonial “português” – Brasil, África Ocidental e Oriental e Golfo de Bengala. E também me recuso a reduzir toda a história moderna metropolitana e ultramarina a esta questão. Há âmbitos da história – social, económica e cultural – em que o fenómeno escravagista não tem grande poder explicativo. Porém, também não imaginava a violência polémica com que se tem reagido à proposta de dar mais realce a esta questão na agenda académica, nos programas escolares ou na cultura pública. Ou contra ideia de criar memória “reparadora” que promova um sentimento de auto-consciencialização e de repúdio dessas práticas do passado. Esta atitude de negação e de recusa é tanto mais chocante quanto o que domina o nosso senso comum é uma imagem benévola da relação passada dos portugueses com povos colonizados – como descobridores audazes, como civilizadores exemplares, como missionadores caritativos, como mediadores eficazes, neutros e bondosos.

Interview conducted in 2018.

ANTONIO HESPANHA foi um historiador Português, professor na Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa. O seu trabalho influenciou uma geração inteira de académicos, com mais de 150 artigos e 30 livros publicados. É o historiador Português mais citado internacionalmente.

ANDRÉ NÓVOA (PhD, Royal Holloway, 2014) is a geographer who previously trained as an historian and anthropologist. He was a researcher at Northeastern University (USA) and an assistant editor of *HAU Magazine: Journal of Ethnographic Theory*. His work has been published in journals such as *Mobilities* and *Environment & Planning*. In “The Colour of Labour” project, he is directly involved with the study of mobilities, addressing the movements of whalers, the journeys of indentured migrants, and the entanglements of labor and mobility.